

Release de Resultados

3T25

Natal, 24 de novembro de 2025.

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) apresentou seus resultados financeiros e operacionais referentes ao 3º trimestre de 2025 (3T25) de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as leis contábeis nacionais, como a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e suas atualizações (Leis 11.638/07 e 11.941/09), além de seguirem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas normas estão plenamente alinhadas aos padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), garantindo transparência e clareza nas informações apresentadas. Isso evidencia que as demonstrações financeiras da CAERN foram preparadas com foco na conformidade regulatória e nas melhores práticas contábeis, proporcionando uma visão detalhada e fidedigna da sua saúde financeira e operacional.

Por fim, as demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques 3T25

MARGEM EBITDA	LUCRO LÍQUIDO	VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
3T24: 14,40% 3T25: 18,07%	3T24: R\$ 11.625 3T25: R\$ 27.366	Água + 2,2% Esgoto + 1,4%	1,22x
RECEITA LÍQUIDA	INVESTIMENTOS		
3T25: R\$ 328.514	3T24: R\$ 111.644 3T25: R\$ 86.145		

	3T25 (a)	3T24 (b)	Var. (a/b)	3T23 (c)	Var. (b/c)
Receita líquida (trimestral)	328.514	302.104	9%	251.946	20%
Lucro Bruto (trimestral)	130.807	112.600	16%	97.488	16%
Resultado Operacional (trimestral)	20.918	9.376	123%	30.099	(69%)
EBITDA (trimestral)	53.802	41.329	30%	58.603	(29%)
EBITDA (anual)	166.367	135.623	23%	144.997	(6%)
Lucro Líquido (trimestral)	27.366	11.625	135%	31.439	(63%)
ROE (trimestral)	0,98%	0,44%	122%	1,19%	(63%)
Dívida Total	373.169	404.939	(8%)	420.436	(4%)
Caixa e equivalente Recursos Próprios	169.530	264.971	(36%)	420.608	(37%)
Dívida Líquida	203.639	139.968	45%	(172)	(81477%)
Margem Bruta (trimestral)	39,82%	37,27%	7%	38,69%	(4%)
Margem Operacional (trimestral)	6,37%	3,10%	105%	11,95%	(74%)
Margem Líquida (trimestral)	8,33%	3,85%	116%	12,48%	(69%)
Margem EBITDA (trimestral)	16,38%	13,68%	20%	23,26%	(41%)
Endividamento do PL	13,37%	15,19%	(12%)	15,94%	(5%)
Dívida Líquida/EBITDA (anual)	1,22	1,03	19%	(0,00)	(87101%)

1. DADOS OPERACIONAIS

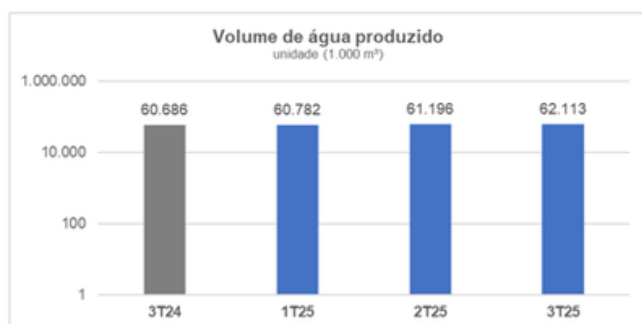
1.1 Mercado

Contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de setembro de 2025:

Contratos (% da Receita Total) - em milhares						Economias Ativas Totais	
Municípios	Faturamento	% Receita total	Término concessão	Vigência Ampliada	Tipo de concessão	Água	Coleta de Esgoto
Natal	317.624	33,0%	29/04/2027	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	270.127	138.675
Mossoro	110.296	11,5%	14/07/2025	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	92.907	55.685
Parnamirim	85.566	8,9%	27/03/2043	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	94.275	7.595
Caico	22.398	2,3%	28/08/2041	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	24.339	5.277
Macaíba	15.741	1,6%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	16.279	912
Assu	12.937	1,3%	30/08/2029	30/12/2051 (i)	Água e Esgoto	15.205	475
Currais Novos	11.435	1,2%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	11.961	9.323
Macau	7.958	0,8%	26/04/2023	30/12/2051 (i)	Água e Esgoto	6.820	6.516
João Câmara	8.583	0,9%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	9.155	4.626
Nova Cruz	7.945	0,8%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	10.227	3.826
Demais municípios	362.780	37,7%				331.543	51.463
Totais						882.838	284.373

A Companhia, prestou serviços para 153 municípios de um total de 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação nos municípios que possuíam contratos vigentes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051.

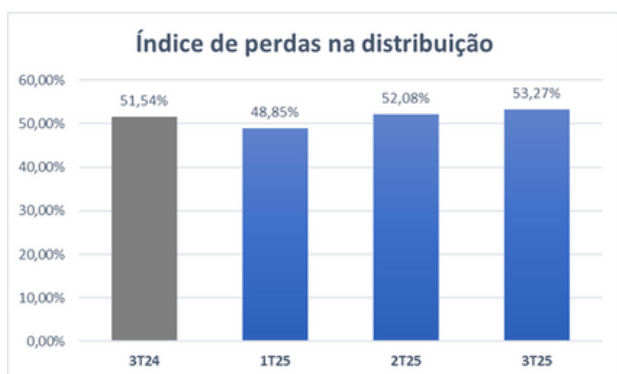
Evolução do Volume de água produzido



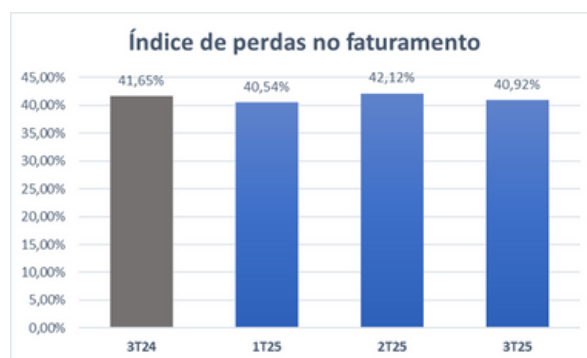
Evolução do Volume de água consumido



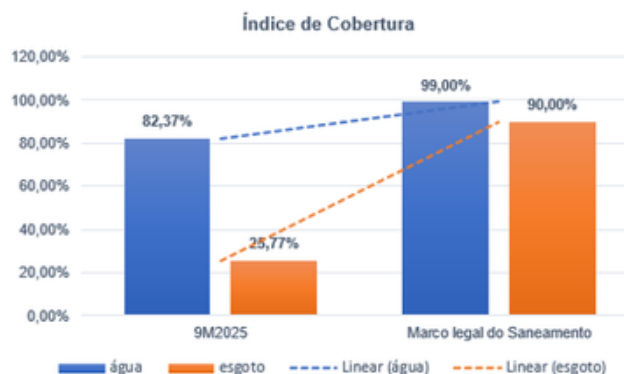
Índice de perdas na distribuição



Índice de perdas no faturamento



Índice de cobertura



Atendimento de Água e Esgoto

Ligações de Água

Número de economias ativas de Água por Município	SET25 (a)	%	SET24 (b)	%	Var. % (a/b)
Natal	270.127	30,6	270.141	31,3	0,0%
Mossoró	92.907	10,5	89.141	10,3	4,2%
Parnamirim	94.275	10,7	91.604	10,6	2,9%
Caicó	24.339	2,8	23.956	2,8	1,6%
Macaíba	16.279	1,8	15.701	1,8	3,7%
Assú	15.205	1,7	14.688	1,7	3,5%
Currais Novos	11.961	1,4	11.462	1,3	4,4%
Macau	6.820	0,8	6.802	0,8	0,3%
João Câmara	9.155	1,0	8.885	1,0	3,0%
Nova Cruz	10.227	1,2	9.996	1,2	2,3%
Demais municípios	331.543	37,6	321.379	37,2	3,2%
Totais	882.838	100,0	863.755	100,0	2,2%

Ligações de Água



+2,2%

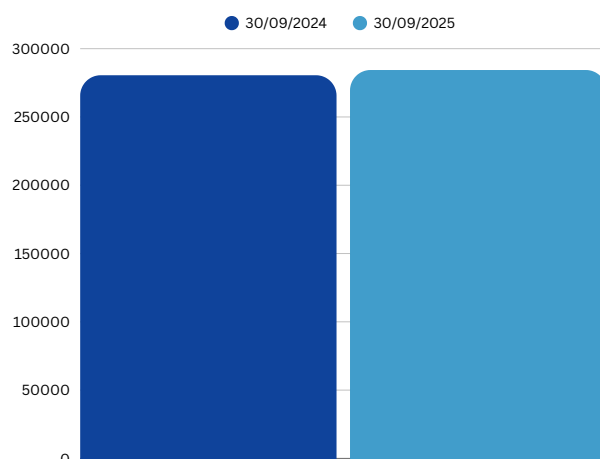
SET/24 x SET/25

+19.083 ligações de água

Ligações de Esgoto

Número de economias ativas de Esgoto por Município	SET25 (a)	%	SET24 (b)	%	Var. % (a/b)
Natal	138.675	48,8	139.360	49,7	-0,5%
Mossoró	55.685	19,6	53.024	18,9	5,0%
Parnamirim	7.595	2,7	6.769	2,4	12,2%
Caicó	5.277	1,9	5.112	1,8	3,2%
Macaíba	912	0,3	903	0,3	1,0%
Assú	475	0,2	432	0,2	10,0%
Currais Novos	9.323	3,3	9.209	3,3	1,2%
Macau	6.516	2,3	6.519	2,3	0,0%
João Câmara	4.626	1,6	4.587	1,6	0,9%
Nova Cruz	3.826	1,3	3.799	1,4	0,7%
Demais municípios	51.463	18,1	50.828	18,1	1,2%
Totais	284.373	100,0	280.542	100,0	1,4%

Ligações de esgoto



+3.831 ligações de esgoto

+1,4%

SET/24 x SET/25

1.2 Desempenho Operacional

Evolução do Volume medido de água

Volume Medido de Água - m³	3T25 (a)	3T24 (b)	Var. % (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var. % (c/d)
Natal	8.386	8.410	-0,3%	25.934	24.688	5,0%
Mossoró	2.753	2.571	7,1%	7.930	7.025	12,9%
Parnamirim	2.574	2.627	-2,0%	8.104	7.910	2,4%
Caicó	687	612	12,2%	2.007	1.785	12,5%
Macaíba	478	467	2,3%	1.461	1.357	7,7%
Assú	401	385	4,1%	1.213	1.020	19,0%
Currais Novos	307	251	22,7%	940	776	21,2%
Macau	166	171	-3,0%	503	537	-6,3%
João Câmara	230	211	8,8%	712	625	13,9%
Nova Cruz	211	183	15,2%	631	556	13,5%
Demais municípios	8.452	7.804	8,3%	25.457	22.756	11,9%
Totais	24.645	23.693	4,0%	74.894	69.035	8,5%

Evolução do Volume faturado de água

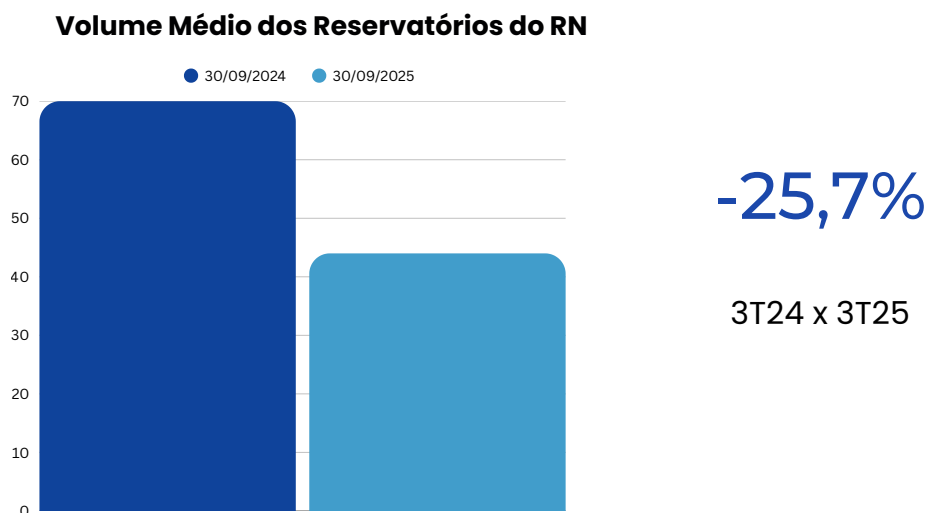
Volume Faturado de Água - m³	3T25 (a)	3T24 (b)	Var. % (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var. % (c/d)
Natal	11.350	11.494	-1,2%	34.643	34.494	0,4%
Mossoró	3.814	3.664	4,1%	11.241	10.737	4,7%
Parnamirim	3.647	3.640	0,2%	11.170	11.121	0,4%
Caicó	975	935	4,3%	2.881	2.750	4,8%
Macaíba	695	667	4,2%	2.075	2.011	3,2%
Assú	612	583	4,9%	1.820	1.674	8,7%
Currais Novos	446	426	4,6%	1.337	1.239	7,9%
Macau	278	276	0,7%	839	850	-1,2%
João Câmara	344	335	2,8%	1.041	991	5,0%
Nova Cruz	355	338	4,9%	1.061	1.017	4,4%
Demais municípios	13.052	12.754	2,3%	39.020	38.130	2,3%
Totais	35.569	35.112	1,3%	107.129	105.013	2,0%

Evolução do Volume faturado de esgoto

Volume Faturado de Esgoto - m³	3T25 (a)	3T24 (b)	Var. % (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var. % (c/d)
Natal	6.834	6.919	-1,2%	20.741	20.529	1,0%
Mossoró	2.227	2.085	6,8%	6.611	6.137	7,7%
Parnamirim	362	324	11,6%	1.087	988	10,0%
Caicó	214	203	5,7%	629	594	5,8%
Macaíba	42	44	-3,5%	128	133	-3,6%
Assú	18	17	6,8%	53	49	8,5%
Currais Novos	336	333	1,0%	1.017	974	4,4%
Macau	227	225	0,7%	689	693	-0,6%
João Câmara	169	168	0,7%	509	501	1,5%
Nova Cruz	129	116	11,2%	380	362	5,1%
Demais municípios	1.833	1.783	2,8%	5.505	5.335	3,2%
Totais	12.392	12.217	1,4%	37.349	36.295	2,9%

Volumes Disponíveis

O nível dos reservatórios do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte representou um volume médio de 44,23% em 30 de setembro de 2025.



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2025)

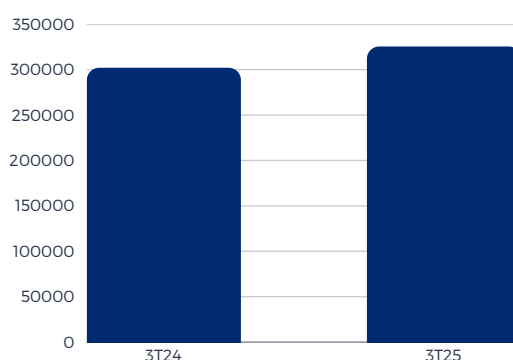
2.DADOS FINANCEIROS

2.1 Desempenho Econômico

Receita Operacional

Receita Operacional Bruta R\$	3T25 (a)	3T24 (b)	Var.% (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var.% (c/d)
Receita de Água	227.737	208.296	9,3	657.970	613.587	7,2
Receita de Esgoto	53.203	48.535	9,6	152.533	142.528	7,0
Outras Receitas	62.230	73.104	(14,9)	152.760	168.105	(9,1)
Total Receita Operacional	343.170	329.935	4,0	963.263	924.220	4,2
COFINS	(8.428)	(19.661)	(57,1)	(24.315)	(57.895)	(58,0)
PIS	(1.826)	(4.269)	(57,2)	(5.268)	(12.569)	(58,1)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(4.402)	(3.901)	12,8	(13.242)	(11.742)	12,8
Totais das Deduções	(14.656)	(27.831)	(47,3)	(42.825)	(82.206)	(47,9)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	328.514	302.104	8,7	920.438	842.014	9,3

Receita Operacional Líquida



+8,7%

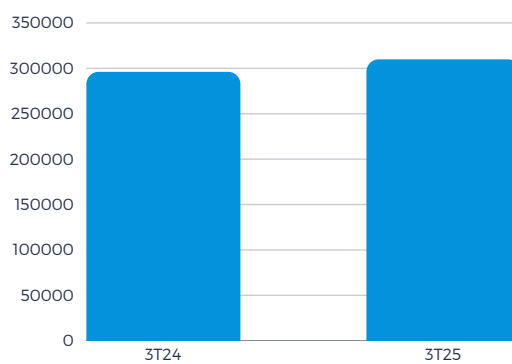
3T24 x 3T25

A receita operacional líquida registrou crescimento de 8,7%, passando de R\$ 302.104 no terceiro trimestre de 2024 para R\$ 328.514 no terceiro trimestre de 2025. Esse aumento decorre, principalmente, dos reajustes tarifários implementados em 2025 – sendo 6% para os municípios do interior do Rio Grande do Norte, a partir de 1º de maio, e 8,91% para o município de Natal, a partir de 29 de junho –, além do acréscimo nos volumes faturados de água e esgoto e da expansão no número de novas ligações desses serviços.

A receita de construção apresentou variação de 14,9% no terceiro de 2025, influenciada pela redução da movimentação das obras em andamento, tendo em vista que seu valor é apurado conforme progresso físico-financeiro dessas obras

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais



+4,6%

3T24 x 3T25

Custos e Despesas Operacionais R\$	3T25 (a)	3T24 (b)	Var.% (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var.% (c/d)
Pessoal	(83.031)	(72.847)	14,0	(249.745)	(219.736)	13,7
Materiais	(13.712)	(9.215)	48,8	(38.034)	(27.790)	36,9
Energia elétrica	(38.032)	(32.577)	16,7	(103.622)	(91.591)	13,1
Serviços de Terceiros	(52.483)	(48.205)	8,9	(142.909)	(132.502)	7,9
Depreciações e Amortizações	(32.882)	(31.952)	2,9	(97.158)	(91.730)	5,9
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(13.549)	(16.795)	(19,3)	(28.365)	(42.862)	(33,8)
Indenizações por Danos a terceiros	(42)	(18)	132,0	(64)	(26)	144,9
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(14)	(22)	(35,9)	(47)	(53)	(10,5)
Taxas, alvarás e Licenciamento	(1.241)	(685)	81,2	(7.556)	(4.561)	65,7
Despesas capitalizadas	3.223	3.381	(4,7)	9.772	9.498	2,9
Provisões para contingências	(87)	(2.107)	(95,9)	(3.151)	(9.053)	(65,2)
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	(5.631)	(3.784)	48,8	(12.574)	(11.646)	8,0
Programa de Participação nos Resultados	(7.448)	-	-	(18.959)	-	-
Baixas de ativos, líquidas	(1)	(434)	(99,8)	(8)	(597)	(98,7)
: Outros Custos e Despesas	(64.937)	(80.895)	(19,7)	(155.780)	(183.504)	(15,1)
Subtotal	(309.867)	(296.155)	4,6	(848.200)	(806.153)	5,2
Receitas de Créditos Tributários Judiciais	2.240	-	-	111.449	-	-
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	(2.240)	-	-	(111.449)	-	-
Total Custos e Despesa (Receitas) Operacionais	(309.867)	(296.155)	4,6	(848.200)	(806.153)	5,2

Os custos e despesas operacionais tiveram um aumento de 4,6% em relação ao terceiro trimestre de 2024. As principais variações foram em decorrência de:

Pessoal

O aumento de 146% nos custos e despesas com pessoal foi impulsionado, principalmente, pela elevação das remunerações, encargos sociais e, de forma mais significativa, dos benefícios, em função da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2024-2026). Esse ACT definiu reajuste salarial de 6,09% (seis vírgula nove por cento), referente à inflação acumulada medida pelo INPC entre maio de 2024 e abril de 2025, acrescido de 0,77% (zero vírgula setenta e sete por cento) a título de ganho real, aplicado a partir de maio de 2025. As remunerações registraram acréscimo de R\$ 19,7 milhões (+39,7%), reflexo do reajuste salarial, aumento nas provisões de férias e do crescimento das horas extras. Os encargos sociais acompanharam essa evolução, com incremento de R\$ 7,2 milhões (+14,1%). O maior impacto, contudo, veio dos benefícios, que apresentaram aumento de R\$ 22,9 milhões (+46,2%). Esse crescimento foi resultado, sobretudo, das provisões relacionadas à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e à implementação do Plano de Desligamento Assistido (PDA), iniciativa voltada a oferecer maior flexibilidade e alinhamento às necessidades dos colaboradores. Essas despesas extraordinárias explicam a variação mais acentuada em relação ao exercício anterior. Nas despesas administrativas, destacaram-se os aumentos no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e no transporte de pessoal, parcialmente compensados por reduções nos gastos com assistência médica, previdência privada e comissões. De modo geral, observa-se que, embora haja crescimento estrutural da folha de pagamento, o aumento em 2025 foi influenciado, em grande parte, por eventos pontuais. A Companhia segue acompanhando de forma contínua a evolução dos gastos de pessoal, a fim de garantir sua sustentabilidade nos próximos períodos. Por fim, o quadro funcional apresentou uma elevação, registrando variação de 33 colaboradores, passando de 1.982 em 30 de setembro de 2024 para 2.015 em 30 de setembro de 2025.

Materiais

Houve um aumento de 48,8% nos gastos com materiais em relação ao mesmo período de 2024, resultado atribuído principalmente à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos.

Energia Elétrica

O crescimento de 16,7% na energia elétrica foi puxado principalmente pela mudança do regime de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era permitido o aproveitamento de créditos sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços, entre eles, a energia elétrica. Com a mudança para o regime Cumulativo, esses créditos deixaram de ser admitidos, ocasionando elevação nos custos da Companhia, ainda que as alíquotas aplicáveis sejam menores no novo regime.

Serviços de Terceiros

O aumento de 8,9% em relação ao mesmo período de 2024, é principalmente atribuído à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos.

Depreciações e Amortizações

O aumento de 2,9% é principalmente atribuído à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos, além de encargos de depreciação. Outro ponto que contribuiu foi a expansão do ativo imobilizado e intangível da Companhia. A maior parte do valor refere-se à depreciação de instalações, redes de distribuição e equipamentos operacionais, essenciais para a prestação de serviços de água e saneamento, enquanto a amortização dos intangíveis representa parcela menor, porém estratégica. Apesar do aumento, essas despesas permitem acompanhar a perda de valor dos ativos e planejar reinvestimentos e substituições. A CAERN realiza o acompanhamento contínuo dessas despesas, contribuindo para a gestão eficiente dos recursos, manutenção da qualidade do serviço e planejamento de investimentos futuros. O montante total desses ativos em 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 3.338.137 bilhões (líquidos de baixa), enquanto em 2024 esse valor foi de R\$ 3.230.322 bilhões (líquidos de baixa).

Perdas Esperadas na Realização de Créditos

A redução de 19,3% decorre, principalmente, de variações no comportamento de pagamento por parte de clientes estratégicos, refletindo em menor exposição ao risco de crédito e desafios na recuperação de recebíveis.

Indenizações por Danos a Terceiros

Aumento de 132% decorre da elevação nos ressarcimentos feitos pela CAERN aos seus empregados, relacionados a descontos indevidos aplicados em seus salários. Exemplos disso incluem o ressarcimento de multas de trânsito descontadas em excesso, que resultaram na necessidade de compensar os valores pagos a mais, gerando um impacto financeiro na empresa.

Indenizações Trabalhistas a Terceiros

Redução de 35,9% deve-se ao menor número de acordos extrajudiciais firmados entre a Companhia e as partes envolvidas. Esses acordos envolvem pagamentos realizados a empregados ou a terceiros decorrente de sentenças.

Provisões para Contingências

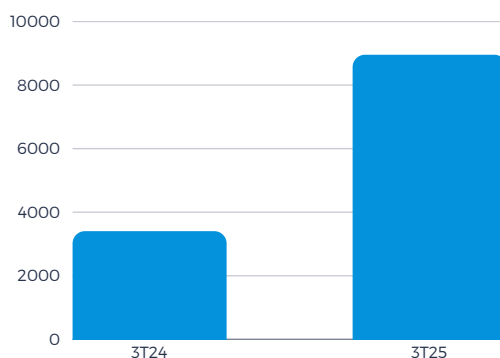
A redução de 95,9% no terceiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 deve-se principalmente à diminuição de contingências cíveis, tributárias e trabalhistas, refletindo a resolução de processos ou reavaliação do risco. Essa queda reflete tanto a redução das provisões existentes quanto da reversão de valores previamente provisionados. No entanto, a provisão para contingências ambientais ainda apresenta valor relevante, exigindo monitoramento contínuo pela Companhia.

2.2 Indicadores económicos

Resultado financiero

Resultado Financiero R\$	3T25 (a)	3T24 (b)	Var.% (a/b)	9M25 (c)	9M24(d)	Var.% (c/d)
Receitas Financieras						
Rendimientos de aplicaciones financieras	4.805	6.786	(29,2)	14.291	24.452	(41,6)
Descontos obtenidos	32	29	10,3	96	83	15,7
Juros activos obtenidos	448	43	941,9	1.167	920	26,8
Variaciones monetarias activas	8.055	6.618	21,7	21.276	14.386	47,9
Juros e acréscimos con créditos tributarios	2.240	-	-	47.326	-	-
Rendimientos de resgate judicial	222	47	372,3	509	214	137,9
Totais das Receitas Financeiras	15.802	13.523	16,9	84.665	40.055	111,4
Despesas Financeiras						
Juros e taxas de financiamentos	(3.055)	(7.967)	(61,7)	(11.372)	(27.904)	(59,2)
Juros e multas extras de financiamentos	(1.393)	(1.429)	(2,5)	(4.088)	(3.362)	21,6
Provisão passivo regulatório	(2.016)	-	-	(36.584)	-	-
Custos de transação	(184)	843	-	(591)	544	8,6
Juros sobre precatórios	(200)	(1.567)	(87,2)	(527)	(1.781)	70,4
Totais das Despesas Financeiras	(6.848)	(10.120)	(32,3)	(53.162)	(33.591)	58,3
Resultado Financiero	8.954	3.403	163,1	31.503	6.464	387,4

Resultado Financiero



+163,1%

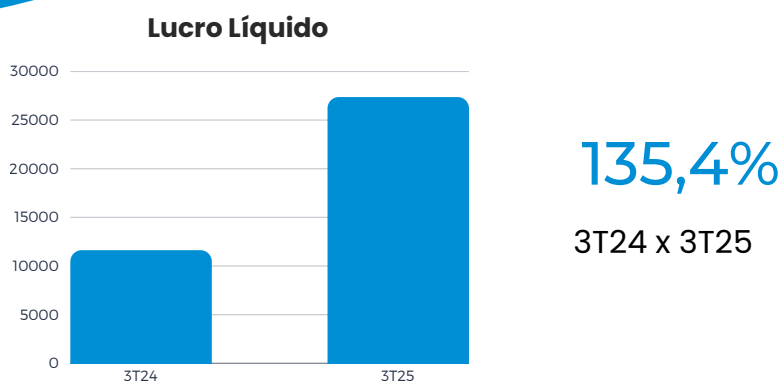
3T24 x 3T25

O resultado financeiro variou 163,1% passando de R\$ 3,4 milhões reais no 3T25 para R\$ 8,9 milhões no 3T25. Esse desempenho decorre, em grande medida, da redução das despesas financeiras, que recuaram 32,3%, saindo de R\$ 10,1 milhões no 3T24 para R\$ 6,8 milhões no 3T25. Tal redução está associada, principalmente, ao comportamento dos encargos financeiros sobre financiamentos e precatórios, parcialmente compensados pelo reconhecimento de provisões relacionadas ao passivo regulatório, vinculadas à obrigação de compartilhamento, via tarifa, dos benefícios econômicos auferidos. A mensuração contemplou exclusivamente os valores de IRPJ e respectivos acréscimos legais, devidamente homologados pela Receita Federal mediante a transmissão de obrigações acessórias, deduzidos os efeitos de despesas com honorários e da baixa de IRRF diferido, oriundo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias que não serão mais recuperadas, acrescidos dos ajustes de atualização monetária pela taxa SELIC.

Por outro lado, as receitas financeiras registraram crescimento de 16,9% no trimestre, passando de R\$ 13,5 milhões no 3T24 para R\$ 15,8 milhões no 3T25. Esse aumento reflete, sobretudo, o avanço das variações monetárias ativas, dos juros ativos obtidos e dos rendimentos de regates judiciais, além do reconhecimento de juros e acréscimos sobre os créditos tributários, atualizados pela SELIC, os quais contribuíram de forma relevante para a ampliação do resultado financeiro no período analisado.

Resultado Econômico

Resultado Econômico R\$	3T25 (a)	3T24 (b)	Var.% (a/b)	9M25 (c)	9M24(d)	Var.% (c/d)
Resultado Operacional	20.918	9.376	123,1	69.207	43.892	57,7
Resultado Financeiro	8.954	3.403	163,1	31.503	6.464	387,4
Tributos sobre o Lucro	(2.506)	(1.154)	117,2	(5.244)	(4.543)	15,4
Lucro Líquido	27.366	11.625	135,4	95.466	45.813	108,4



O Resultado do 3T25 foi impactada pela redução na despesa com PIS e COFINS. Isso ocorreu devido à alteração do regime de apuração de não cumulativo para cumulativo, consequência da obtenção da imunidade tributária da Companhia. No novo regime, não há apropriação de créditos, mas as alíquotas são significativamente menores. Esse Fator foi decisivo para o desempenho financeiro do período, contribuindo para o aumento da lucratividade.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada R\$	3T25 (a)	3T24 (b)	Var.% (a/b)	9M25 (c)	9M24(d)	Var.% (c/d)
Remuneração de Pessoal	92.799	72.502	28,0	272.677	222.090	22,8
Remuneração a Governos (tributos)	18.405	35.640	(48,4)	55.626	91.310	(39,1)
Remuneração a Terceiros (juros, atualização monetária e aluguéis)	13.609	22.535	(39,6)	73.397	51.688	42,0
Lucro do período não distribuído	27.366	31.439	(13,0)	95.466	45.814	108,4
Total da Riqueza Econômica	152.179	162.116	(6,1)	497.166	410.902	21,0

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da CAERN está focada na busca pela eficiência operacional e financeira, visando maximizar resultados por meio de investimentos em tecnologia, redução de custos e otimização de processos. A empresa também carrega a responsabilidade de expandir o acesso a serviços de água e saneamento para toda a população, especialmente em regiões com infraestrutura mais precária e isolada, em conformidade com a meta nacional de universalização do saneamento básico.

Além disso, a melhoria contínua da qualidade dos serviços é uma prioridade central para garantir a satisfação dos usuários e o cumprimento das normas regulatórias. Isso envolve o fornecimento de água potável e o tratamento adequado de esgoto, seguindo rigorosos padrões de saúde e segurança. Por fim, a CAERN busca garantir a viabilidade financeira e a sustentabilidade a longo prazo, equilibrando com as expectativas de seus acionistas.

Resultados econômico-financeiros

Indicadores Econômicos R\$	3T25 (a)	3T24 (b)	Var.% (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var.% (c/d)
Receita Operacional Líquida	328.514	302.104	8,7%	920.438	842.014	9,3%
Lucro Bruto	130.807	112.800	16,2%	381.162	331.391	15,0%
Lucro Operacional	20.918	9.376	123,1%	69.207	43.892	57,7%
Lucro Líquido	27.386	11.625	135,4%	95.466	45.814	108,4%
% Margem Operacional	6,37	3,10	3,3 p.p.	7,52	5,21	2,3 p.p.
% Margem Líquida	8,33	3,85	4,5 p.p.	10,37	5,44	4,9 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	0,02	0,01	0,0 p.p.	0,06	0,03	0,0 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	3,79	3,39	0,4 p.p.	1,22	1,03	0,19 p.p.

Evolução dos índices

	Referência	SET/25	DEZ/24	Var.
Patrimônio Líquido	R\$	2.791.472	2.725.391	2,4
Valor Patrimonial da Ação	R\$	1,00	1,00	-
Endividamento Total	%	37,37%	36,41%	2,6 p.p.
Liquidez Corrente	R\$	1,63	1,63	-
Liquidez Seca	R\$	1,51	1,48	2,2

Evolução do Ativo e Dívidas

Ativos Totais



+4,0%

4T24 x 3T25

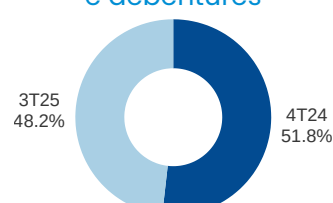
Dívidas Totais



+6,8%

4T24 x 3T25

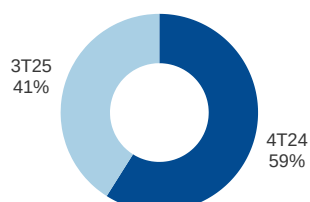
Empréstimos, financiamentos e debêntures



-7,0%

4T24 x 3T25

Arrendamento Financeiro



-30,4%

4T24 x 3T25

EBITDA

EBITDA R\$	3T25 (a)	3T24 (b)	Var.% (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var.% (c/d)
Lucro Líquido	27.366	11.625	135,40	95.466	45.814	108,38
(+) Tributos sobre o Lucro	2.506	1.155	117,02	5.244	4.543	15,44
(+) Resultado Financeiro	(8.954)	(3.403)	163,08	(31.503)	(6.464)	387,33
(+) Depreciações e amortizações	32.884	31.952	2,92	97.160	91.730	5,92
EBITDA	53.802	41.329	30,18	166.367	135.623	22,67
%EBITDA	16,38%	13,68%	2,70 % p.p.	18,07%	14,40%	3,68 % p.p.

A geração de caixa operacional no 3T25 atingiu R\$ 280.186, superior aos R\$ 179.802 registrados no 3T24, esse desempenho representa uma elevação de 55,8%.

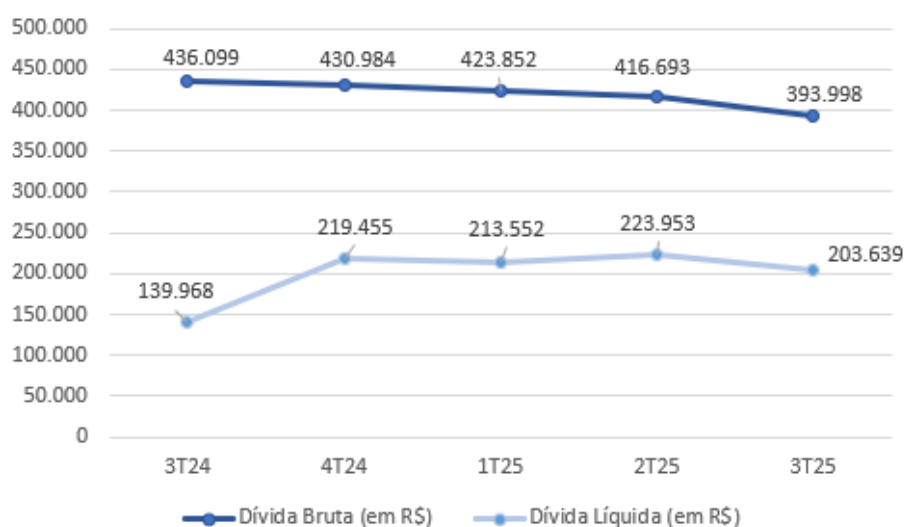
2.3 INVESTIMENTOS

Investimentos	3T25 (a)	3T24 (b)	Var. % (a/b)	9M25 (c)	9M24 (d)	Var. % (c/d)
Água	26.045	33.045	(21,18)	54.954	92.720	(40,73)
Esgoto	58.199	76.869	(24,29)	158.105	177.811	(11,08)
Outros Investimentos	1.901	1.729	9,94	9.447	3.188	196,34
Totais	86.145	111.644	(22,84)	222.506	273.720	(18,71)

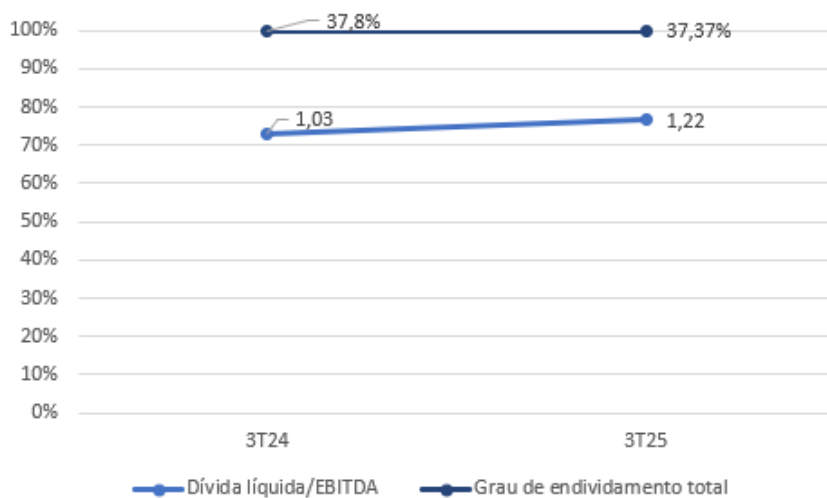
Até o terceiro trimestre de 2025, os investimentos totalizaram R\$ 86.145, em comparação aos R\$ 111.644 investidos até o terceiro trimestre de 2024, o que representa um redução de 22,84%. Essa retração concentrou-se nos principais eixos operacionais: em água, a redução foi de 21,18%, refletindo a menor execução de projetos no período; e em esgoto, a queda foi de 24,29%, igualmente associada à desaceleração do ritmo de investimentos.

2.4 ENDIVIDAMENTO

Evolução trimestral da Dívida Bruta e da Dívida Líquida



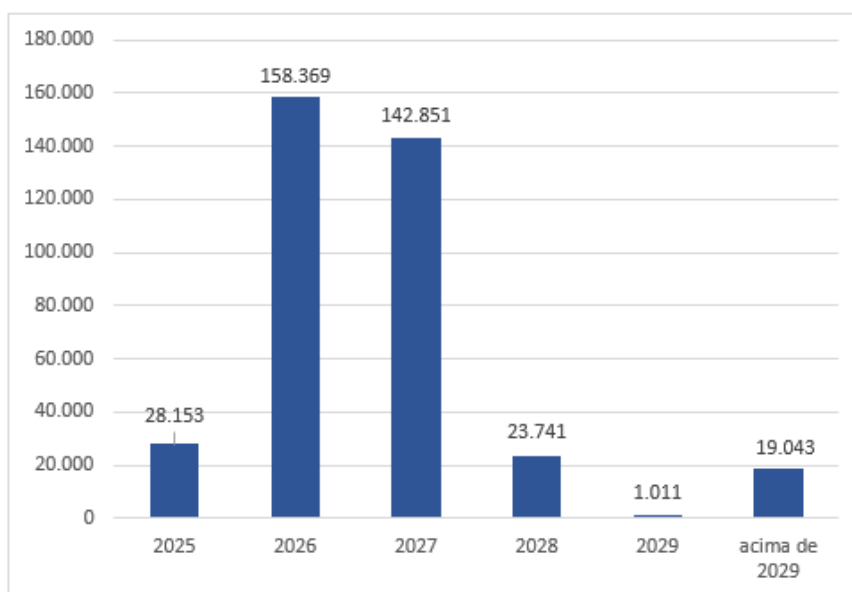
Índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA) e Grau de Endividamento Total



Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 30/09/2025

Descrição	Banco	Taxa de Juros	Indexador	Moeda	Principal	Contratação	Vencimento	Capit. Juros	Carência	30/09/2025	31/12/2024
CCB (a)	Santander	2,97% a.a. + CDI	-	R\$	80.000	2023	2027	Mensal	6 meses	22.857	35.714
Debêntures - 1ª Emissão (b)	Santander	4% a.a.	CDI	R\$	370.000	2023	2028	Mensal	24 meses	334.194	370.000
CCB (c)	BNB	2,76% a 11,90%	IPCA	R\$	327.000	2024	2048	Mensal	96 meses	20.831	-
Subtotal										377.882	405.714
(-) Custos de transação										(4.713)	(4.049)
Total										373.169	401.665
Empréstimos e financiamentos										42.581	34.830
Debêntures										330.588	366.235
Circulante										158.728	135.497
Não Circulante										214.441	265.568

Composição da dívida por prazo de vencimento

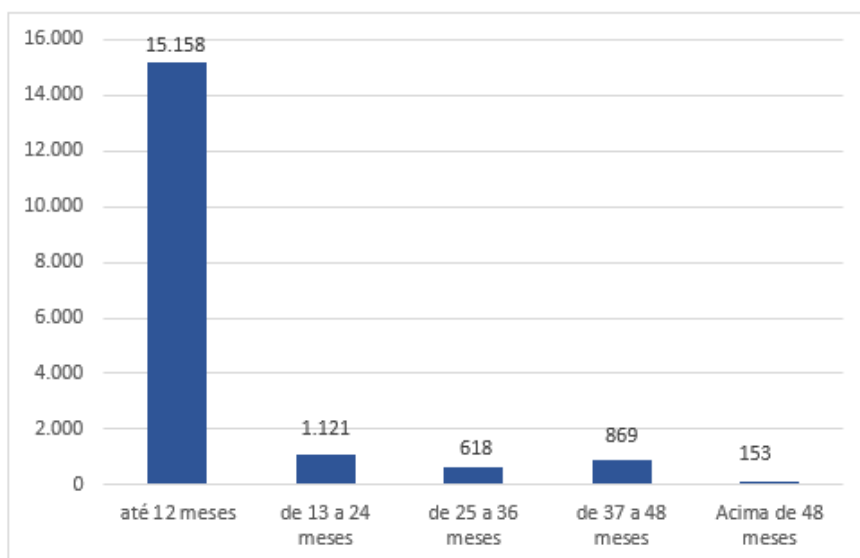


2025	7,54%
2026	42,44%
2027	38,28%
2028	6,36%
2029	0,27%
acima de 2029	5,10%

Composição do arrendamento mercantil em 30/09/2025:

Arrendamento Mercantil	Dados
Taxas de Juros Anual	18,13% a.a.
Indexador	-
Término do Contrato	31/08/2030
Saldo Devedor em 31/12/2024	29.919
(+) Adições	3.335
(-) Amortizações	(15.638)
(+) Juros/Variação monetária	3.213
Saldo Devedor em 30/09/2025	20.829

Composição da dívida por prazo de vencimento



Até 12 meses	84,59%
de 13 a 24 meses	6,26%
de 25 a 36 meses	3,45%
de 37 a 48 meses	4,85%
acima de 48 meses	0,85%

3. REGULAÇÃO

Criação das Microrregiões

A Lei Complementar nº 682, de 15 de julho de 2021 instituiu as microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e o Litoral-Seridó do estado do Rio Grande do Norte. As estruturas foram criadas para assegurar os recursos da União para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. A microrregião terá natureza jurídica de autarquia governamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em todos os municípios integrantes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. A administração acompanha a implantação do novo marco legal do saneamento e trabalha para diminuir as possíveis perdas na posição patrimonial e financeira da Companhia.

Revisão Tarifária

Em 26 de março de 2025, foram assinadas as resoluções que tratam do reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Norte, conforme segue:

a) Municípios do interior, com exceção de Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de caráter estadual, aprovou o reajuste tarifário por meio da Resolução nº 2.0003.03, aplicando um índice de 6%.

b) Município de Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Mossoró (AGRM), de caráter municipal, aprovou a Resolução nº 2.0007.00, também com aplicação de 6%.

Ambas as resoluções entraram em vigor a partir de 1º de abril de 2025, sendo previsto o reflexo nas tarifas praticadas pela Companhia a partir de 30 dias após a data de vigência, ou seja, a partir de 1º de maio de 2025.

c) Em relação ao município de Natal, o pedido de reajuste foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CONSAB), e pela Resolução nº 01/2025 da ARSBAN, datada de 29 de maio de 2025, sendo autorizado o percentual de 8,91% para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O reflexo nas tarifas ocorrerá 30 dias após a entrada em vigor da referida resolução.

Passivo Regulatório

Com o reconhecimento, pelo Poder Judiciário, da aplicabilidade da tese da imunidade tributária recíproca à CAERN, em 19 de dezembro de 2024, por meio do trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 00038-04-2009.4.05.8400, confirmado por acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do Recurso Extraordinário nº 858.893-RN, a Companhia iniciou os trâmites necessários para usufruir do benefício do crédito tributário ao longo do tempo. Esse processo vem sendo conduzido em conformidade com a orientação do escritório patrono De Rosa, Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados.

De acordo com as premissas apresentadas pelo escritório, foi realizado o levantamento dos valores atualizados até maio de 2025, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	ORIGINAL	SELIC	TOTAL
PIS	43.836	24.872	68.508
COFINS	205.063	114.327	319.390
IRPJ	64.123	35.320	99.443
Acréscimos legais IRPJ	4.483	4.513	8.996
IOF	4.224	1.466	5.690
TOTAL	321.729	180.298	502.027

O montante total corresponde aos créditos tributários obtidos em todos os municípios onde a CAERN atua como prestadora de serviços. Atualmente, a Companhia realiza estudos para definir o método de rateio mais adequado à distribuição do referido crédito por município.

Na sequência, foi protocolado junto à Receita Federal o pedido de habilitação do crédito tributário, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021, etapa necessária para viabilizar a compensação, respeitado o limite legal. O pedido foi deferido em 7 de maio de 2025, data a partir da qual a CAERN passou a realizar compensações tributárias.

Do ponto de vista contábil, foi reconhecida, na competência de maio de 2025, uma provisão de passivo regulatório, referente a obrigação relativa aos reflexos regulatórios decorrentes do compartilhamento tarifário dos benefícios econômicos obtidos. A mensuração contemplou exclusivamente os valores de IRPJ e respectivos acréscimos legais, já homologados pela Receita Federal mediante a transmissão das obrigações acessórias. Depois foram deduzidos das despesas com honorários e da baixa de IRRF diferido, oriundo do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias – os quais não serão mais recuperados –, bem como acréscimos da atualização monetária pela taxa SELIC.

Os demais valores não foram reconhecidos contabilmente, por ainda se tratar de créditos controvertidos que dependem de chancela da Receita Federal, sendo, portanto, classificados como ativo contingente.

Ressalta-se que a CAERN é regulada por três agências (ARSBAN, ARSEP e AGRM), mas apenas a ARSBAN possui procedimento de revisão tarifária previsto na Resolução nº 2/2018, que permite a consideração da carga tributária na definição das tarifas cobradas ao consumidor. A expectativa da Companhia é que a ARSBAN destine 25% do benefício obtido à Concessionária, em linha com precedentes de outras companhias de saneamento e com a Norma Técnica nº 006/2025 da AGPAR. Esse entendimento é reforçado pelo fato de que, em caso de insucesso judicial, todos os riscos, custos e honorários advocatícios seriam suportados exclusivamente pela Concessionária, sem repasses ao consumidor. Assim, com o êxito obtido, a Companhia deverá arcar com os desembolsos referentes aos honorários advocatícios, bem como instituir controles internos que viabilizem o aproveitamento integral do benefício tributário reconhecido.

4. MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária do Capital em 30/09/2025

ACIONISTAS	Nº de ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Governo do Estado do RN	1.679.548	-	1.679.548	97,22%
FUNFIRN (IPERN)	46.507	-	46.507	2,69%
União Federal	1.099	157	1.256	0,08%
Outros	257	-	257	0,01%
TOTAL	1.727.411	157	1.727.568	100,00%

R\$ 1.726.056.097

Total das ações
=
Governo do Estado do RN

100%

Capital total
=
Acionistas nacionais

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos onde o seu recebimento, por ação, deve ser no mínimo 10% maior que o atribuído as ações do tipo ordinária.

Atualmente, do total das ações ordinárias (com direito a voto), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 97,22% do total de ações. Dentre os demais acionistas que possuem ações ordinárias, o que corresponde a 2,77%, destaca-se o Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte – FUNFIRN (direito do Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN) que possui 2,69%, a União Federal com um total de 0,07% e os demais acionistas com 0,01% das ações, sendo estes formados por órgãos estaduais, municipais e pessoas físicas. Já as ações preferenciais (sem direito a voto) pertencem 100% à União Federal, correspondendo a um percentual de 0,01% do total das ações.

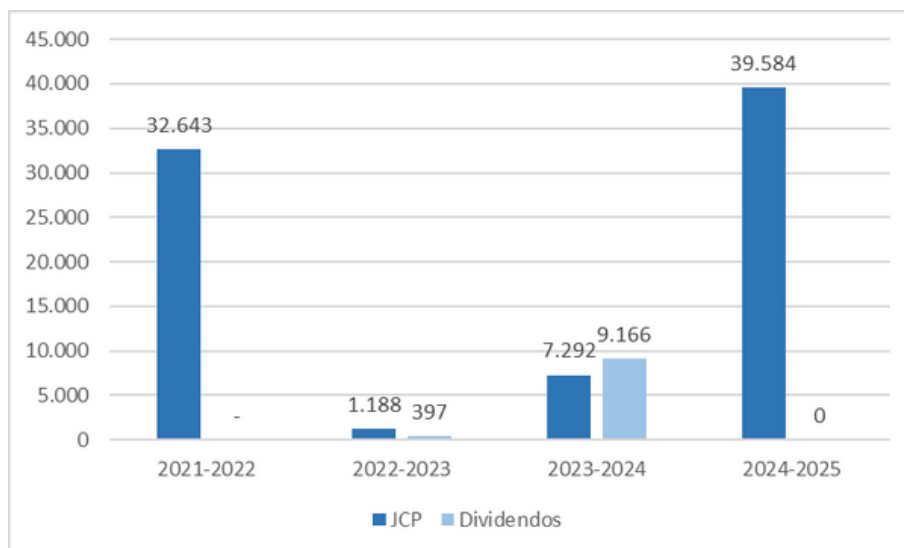
No dia 29 de abril de 2025, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, onde dentre os assuntos discutidos, destacou-se o aumento de capital, com emissão de novas ações ordinárias, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Dessa forma, houve o aumento de R\$ 268.457, sendo R\$7.216 advindo do saldo existente na reserva de incentivos fiscais, e R\$ 261.241 advindos da capitalização da reserva de expansão.

Nesta mesma assembleia houve a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Quanto ao pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) ao acionista majoritário, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, procedeu-se a um encontro de contas dos débitos e compromissos que mantidos com a Companhia. Do montante destinado, no valor de R\$ 38.483, foram compensados R\$ 26.144, relativos às obrigações em atraso oriundas das faturas de água e esgoto e de parcelamentos acordados, e o valor residual de R\$ 12.339 foi transferido dia 27 de junho de 2025 para o acionista majoritário.

Remuneração aos acionistas

Conforme art. 112 do Estatuto da Companhia, os dividendos devem ser apropriados, no mínimo, em 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, podendo a eles serem imputados, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Instrução Normativa 1700 da Receita Federal e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), a título de dividendos, estipulados pela Lei 9.249/95 e regulamentados pela IN 1700 da RFB, sendo seu valor máximo calculado na forma desta IN art. 75 § 2º e § 3º que impõe que o valor máximo do JCP não poderá ultrapassar 50% do lucro líquido (usado para fins de cálculo da JCP), sendo este lucro apurado após dedução da Contribuição Social e antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica. Então, após a apuração do Juros Capital Próprio, ainda de acordo com a IN 1700 da RFB, ele será deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para a apuração de um novo Lucro Líquido.



5. OUTRAS INFORMAÇÕES

Negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026

A partir de maio de 2025, foi aplicado reajuste de 6,09% sobre os salários constantes da tabela salarial, correspondente a variação do INPC entre maio de 2024 e abril de 2025, acrescido de 0,77% a título de ganho real. O reajuste foi estabelecido conforme Acordo Coletivo de Trabalho vigente para o período de 2024 a 2026.

Implementação de práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) na Companhia

Na reunião do Conselho de Administração, realizada em 01 de agosto de 2024, foi destacada a importância de implementação de práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) na Companhia, com ênfase na necessidade de se antecipar às exigências futuras. Foi implantada a comissão para implementação das práticas ESG.

Imunidade Tributária

Na data de 19 de dezembro de 2024, foi emitida a certidão de trânsito em julgado referente ao processo judicial que discutia a imunidade tributária da CAERN. Como consequência da concessão da referida imunidade, houve a alteração do regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. A principal diferença entre os regimes consiste na forma de apropriação de créditos: no regime Não Cumulativo, era possível aproveitar créditos de PIS/COFINS sobre a contratação de bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços – como energia elétrica, aluguéis, máquinas e equipamentos, além de encargos de depreciação e amortização. Já no regime Cumulativo, essa apropriação de créditos não é permitida. Por outro lado, as alíquotas no regime Cumulativo são menores: 0,65% para o PIS e 3,0% para o COFINS, em comparação com 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS no regime Não Cumulativo. Essa alteração resultou em uma redução de 57% no valor total de PIS/COFINS incidente sobre receitas no terceiro trimestre de 2025, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A partir de janeiro de 2025, a Companhia passou a reconhecer a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos seus colaboradores com base em uma projeção anual, haja vista a estipulação prévia de indicadores de resultados

Demonstração do Resultado	3T25	3T24	3T23
Receita líquida dos serviços prestados	920.438	842.014	713.149
Custo dos serviços prestados	(539.276)	(510.623)	(421.343)
Lucro bruto	381.162	331.391	291.806
Despesas administrativas	(225.794)	(193.065)	(162.965)
Despesas comerciais	(83.164)	(88.851)	(75.615)
Provisões/Reversão para Contingências	(3.151)	9.053	(936)
Despesas tributárias	(7.556)	(4.561)	(6.241)
Outras receitas operacionais	7.710	8.031	10.975
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro	69.207	43.892	57.024
Receitas financeiras	84.665	40.055	67.264
Despesas financeiras	(53.162)	(33.591)	(46.830)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	100.710	50.356	77.458
Imposto de renda e Contribuição Social	(5.244)	(4.542)	(15.252)
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	95.466	45.814	62.206

Balanzo Patrimonial - Activo	SET/25	DEZ/24	DEZ/23
Activo Circulante	544.406	459.964	629.159
Caixa e equivalentes de caixa	197.029	214.714	406.240
Contas a receber	172.468	156.128	127.576
Estoques para operação	42.452	44.084	52.143
Tributos a recuperar	97.488	14.878	13.089
Adiantamentos	8.106	2.275	2.112
Depósitos Judiciais	26.851	27.685	27.949
Outros ativos circulantes	12	200	50
Não circulante	3.912.797	3.825.753	3.535.650
Contas a receber	87.269	93.292	105.087
Créditos Fiscais	18.065	44.313	40.221
Créditos de acionistas	19.748	16.591	5.930
Ativo Financeiro	429.514	411.482	401.503
Imobilizado líquido	1.010.543	997.015	931.878
Intangível líquido	2.327.594	2.233.307	2.040.118
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	20.064	29.753	10.913
Activo Total	4.457.203	4.285.717	4.164.809

Balanco Patrimonial - Passivo	SET/25	DEZ/24	DEZ/23
Passivo Circulante	332.977	281.851	159.232
Fornecedores de bens e serviços	37.453	32.972	28.897
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	158.728	135.497	16.718
Arrendamento Mercantil	17.244	16.141	7.393
Obrigações tributárias	31.059	22.975	25.506
Obrigações sociais	78.655	51.233	52.700
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais	7.207	9.868	5.136
Parcelamento de Tributos	1.569	1.909	1.657
Compromisso Contrato de Concessão	1.050	1.050	12.050
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	12	10.206	9.175
Passivo Não circulante	1.332.754	1.278.475	1.376.356
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	214.441	265.568	399.843
Arrendamento Mercantil	3.585	13.778	3.586
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais	80	84	183
Parcelamento de Tributos	260	1.138	3.105
Provisões para Contingências	52.793	49.642	39.079
Receita Diferida (subvenção governamental)	905.514	858.630	771.016
Tributos Diferido	86.532	89.635	159.544
Passivo Regulatório	69.549	-	-
Total do passivo	1.665.731	1.560.326	1.535.588
Patrimônio Líquido	2.791.472	2.725.391	2.629.221
Capital social	1.727.566	1.459.109	1.408.750
Reserva de Capital	50.363	50.363	50.363
Reserva de Lucro	11.724	309.566	283.374
Lucros/Prejuízos acumulados	126.828	-	-
Outros resultados abrangentes	874.991	906.353	886.734
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.457.203	4.285.717	4.164.809

Demonstração do Fluxo de Caixa	3T25	3T24	3T23
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do Exercício Antes do IRPJ/CSLL	100.710	50.356	77.458
Ajustes:			
Depreciação e amortização	97.160	91.730	87.973
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	28.365	42.862	32.064
Provisão/reversão para Contingências	3.152	9.053	936
(-) Lucro na venda de imobilizado	(967)	(1.035)	(749)
Juros e variações monetárias	54.620	47.463	48.703
(Aumento)/Diminuição dos ativos:			
Contas a receber e demais recebíveis	(38.681)	(47.177)	(76.813)
Estoques	1.631	3.732	1.939
Tributos a recuperar	(8.261)	(11.116)	(17.410)
Adiantamentos concedidos	(5.831)	(4.990)	(5.270)
Depósitos judiciais	834	1.716	(8.286)
Outros ativos	23.279	(10.172)	5.451
Aumento/(Diminuição) dos passivos:			
Fornecedores	4.481	7.020	(7.192)
Obrigações tributárias	8.084	8.199	12.378
Outras obrigações	91.204	(3.296)	(3.864)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	285.430	184.345	147.318
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(5.244)	(4.543)	(15.252)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	280.186	179.802	132.066
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	2.200	1.737	749
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(224.240)	(278.687)	(114.505)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(222.040)	(276.950)	(113.756)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortizações de empréstimos, financiamentos	(115.342)	(70.848)	(69.181)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(1.610)	(1.434)	(1.729)
Amortizações de arrendamentos financeiros	9.689	(19.593)	(13.218)
Ingresso de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	24.127	32.129	422.751
Receitas diferidas	46.884	64.208	6.808
Pagamentos de dividendos e JCP	(39.579)	(16.455)	(1.582)
Caixa líquido oriundo das (usado nas) atividades de financiamentos	75.831	(11.993)	343.849
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(17.685)	(109.141)	362.159
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	197.029	297.099	433.718
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	214.714	406.240	71.559
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(17.685)	(109.141)	362.159